



SOCIEDADE
CRISE E RECONFIGURAÇÕES

VII CONGRESSO PORTUGUÊS DE SOCIOLOGIA

19 a 22 Junho 2012

Universidade do Porto - Faculdade de Letras - Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação

ÁREA TEMÁTICA: Sociologia do Consumo

ALIMENTAÇÃO, AUSTERIDADE E CRIATIVIDADE: CONSUMO E CIDADANIA NAS CANTINAS ESCOLARES

Teixeira, José
Licenciatura em Sociologia
ICS-UL
jose.teixeira@ics.ul.pt

Truninger, Monica
Doutoramento em Sociologia
ICS-UL
monica.truninger@ics.ul.pt

Horta, Ana
Doutoramento em Sociologia
ICS-UL
ana.horta@ics.ul.pt

Alexandre, Sílvia
Doutoramento em Gestão
SOCIUS-ISEG
scpalexandre@gmail.com

Aparecida, Vanda
Doutoramento em Ciências Sociais
CRIA-ISCTE-IUL
vandas7@yahoo.com.br

Resumo

Em Portugal, a actual conjuntura económica Europeia tem conduzido à redução acentuada da capacidade económica dos grupos mais vulneráveis da população e à implementação de um conjunto de políticas de austeridade que estão a afectar os serviços sociais prestados pelo Estado. Procurando compreender em que medida este contexto está a afectar o consumo alimentar das famílias, neste texto desenvolvemos uma análise sobre o modo através do qual a retracção do Estado Social está a afectar a sustentabilidade das redes de provisão estatais, colocando a sua eficácia na dependência da capacidade dos agentes institucionais desenvolverem soluções solidárias e criativas proporcionais à sua autonomia. Por exemplo, o desenvolvimento de um conjunto de circuitos comunitários de acesso ao consumo de bens alimentares. Por último, colocamos algumas questões que consideramos pertinentes sobre as implicações da transferência de competências do Estado para a sociedade civil e da institucionalização dos programas de ajuda alimentar organizados sob o princípio da solidariedade social.

Abstract

In Portugal, the current European economic context has led to a sharp reduction of the pecuniary capacity of the most vulnerable groups of the population and to the implementation of a set of austerity measures that are affecting the social services provided by the State. Seeking to understand the extent to which this framework is affecting families' food consumption, this paper analyses how the retraction of the welfare state is undermining the sustainability of state-funded provisioning networks, placing its effectiveness on the capacity of non-state funded institutions to develop solidary and creative solutions according to their autonomy. For instance, encouraging community-provisioning networks to step in as an alternative access to food consumption. Finally, we place some questions that we consider appropriate about the implications of transferring certain responsibilities from the State to the civil society and the institutionalization of food aid programs organized under the principle of social solidarity.

Palavras-chave: Austeridade, Alimentação, Consumo, Criatividade, Cidadania

Keywords: Austerity, Food, Consumption, Creativity, Citizenship

[PAP0917]

Introdução

Em Portugal, a alimentação escolar desempenha um importante papel no acesso ao consumo alimentar e na atenuação dos impactos da pobreza. Muitas vezes, crianças e jovens têm acesso à única refeição quente do dia através deste importante sistema de provisão. Para além disso, esta refeição é juridicamente contornada por critérios de qualidade, segurança, higiene alimentar e nutrição. Porém, este sistema de provisão, sustentado numa forte presença do Estado Social, encontra-se fragilizado na sequência da crise financeira despoletada em 2008 e, mais concretamente, pelas atuais políticas de austeridade e de reconfiguração institucional e administrativa do sector público. Questões como o aumento do IVA nas refeições escolares, dívidas aos fornecedores, cortes na despesa e estruturas orgânicas do Estado ameaçam a eficácia e abrangência deste sistema. Este último visa, por um lado, contribuir para a segurança alimentar dos mais carenciados e, por outro, para a adequação dos hábitos alimentares da população juvenil aos critérios biomédicos regidos pelos discursos da saúde e da nutrição (Evans, 2010).

Embora a crise venha acentuar as assimetrias no acesso ao consumo, esta já conduziu, no entanto, a processos de inovação nos modos de provisão alimentar. É o caso de algumas cantinas que permanecem abertas durante todo o período lectivo. Situações como esta, em que se evidencia o papel determinante de certos agentes sociais na produção de inclusão social, e por isso mesmo, manifestando alguns elementos de uma cidadania ativa, conduzem-nos à análise de processos criativos diversificados para colmatar a ação fragilizada do Estado. Por recurso a um conjunto de entrevistas semi-estruturadas realizadas a agentes institucionais determinantes nestes processos (câmaras municipais, escolas, associações, etc.) procurámos compreender o papel da criatividade na flexibilização institucional da gestão dos apoios sociais em algumas escolas da região de Lisboa e, também, perceber em que medida é que alguns movimentos sociais estão a surgir com o objectivo de colmatar os problemas decorrentes da falta de dinheiro e de ajuda do Estado. Para tal, partimos do modelo dos modos de provisão de Warde (1992) para explorar os circuitos múltiplos de acesso ao consumo alimentar das populações escolares mais vulneráveis.

Austeridade Económica, Condições de vida e suas implicações na organização do consumo

Actualmente, na Europa, o actual contexto de crise económica e financeira tem conduzido a alguns desenvolvimentos políticos particularmente relevantes que põem em causa as condições de vida das populações, especialmente das que se encontram em situações de maior vulnerabilidade económica. Alguns países, pressionados pelos seus elevados níveis de dívida externa e respectivos credores, têm vindo a implementar um conjunto de políticas de austeridade que comprometem a efectividade do Estado Social no suprimento das necessidades de certos grupos populacionais e dos direitos adquiridos pelos cidadãos, nomeadamente o direito à alimentação. Porém, como referimos, a crise não se faz “sentir” de igual forma em todo o território Europeu, quer pelas diferenças de endividamento externo dos vários países, quer pelo modo como as medidas de austeridade estão a ser aplicadas nos mesmos.

De acordo com um relatório publicadoⁱ pela União Europeia em 2012, por oposição a países como a Espanha e o Reino Unido, em Portugal são os pobres quem mais está a sofrer as consequências das medidas de austeridade (Comissão Europeia, 2011). Mais concretamente, a imposição da austeridade levou a que os grupos mais vulneráveis (de baixo capital económico) tenham tido uma maior redução no rendimento disponível do agregado por comparação aos que detêm maior poder económico. Além disso, atendendo a um conjunto de indicadores estruturais, em Portugal o desemprego aumentou 7,3% desde 2008, fixando-se nos 14,9% da população activa no 1º trimestre de 2012. Isto representa não só a prevalência de um conjunto de fenómenos de pobreza como também o surgimento de novos casos de dependência económica num contexto em que 14,7% das crianças e jovens até aos 17 anos vivem em condições de pobreza relativa e 27,4% experimentam situações de privação de bens essenciaisⁱⁱ ao seu desenvolvimento (UNICEF, 2012). De facto, de acordo com os dados publicados pelo Eurobarómetro em 2010, 72% da população considerava que os níveis de pobreza tinham aumentado de forma intensa (37%) e moderada (35%) na sua área de residência nos últimos 12 meses (Comissão Europeia, 2010). Em última análise, assiste-se ao agravamento de um conjunto de indicadores estruturais de bem-estar e à dificuldade do Estado intervir no sentido de os colmatar devido

aos constrangimentos financeiros impostos por uma política de austeridade, que se manifesta pela redução e/ou reestruturação dos serviços e da orgânica do Estado Social. Este cenário tem vindo a ser caracterizado como um “Desmantelamento do Estado Social”, uma hipótese que consideramos central nesta reflexão.

Como vimos, a aliança entre a crise económica e as políticas de austeridade está a conduzir à deterioração das condições de vida dos grupos economicamente mais vulneráveis. Uma das dimensões de impacto é, efectivamente, o consumo. Analisando a estrutura da despesa total anual média por agregado em Portugal podemos verificar que em 2000 as despesas com a alimentação representavam aproximadamente 20% do total das despesas (INE, 2012). Em 2011, pressionadas pela crescente importância das despesas com a habitação e com os combustíveis (que representam aproximadamente 30% do total das despesas), as despesas das famílias com a alimentação passaram a representar menos de 15% do total do orçamento (INE, 2012). O facto de se observar esta tendência desde 2000 deve, contudo, suscitar algumas questões. De acordo com Cruz (2011), no período entre 1976 e 2006 assistiu-se a um evolução dos padrões de consumo da sociedade portuguesa que se traduziu num “aumento do bem-estar; [na] difusão de novos valores e estilos de vida e [na] generalização da possibilidade de escolha e [numa] diversificação das aspirações ao nível do consumo a camadas mais amplas da população” (Cruz, 2011:11). Deste modo, a redução do peso das despesas com a alimentação até 2006 resulta da reorganização das práticas de consumo e não propriamente de um desinvestimento na alimentação. Mesmo assim, se tivermos em consideração os dados publicados no portal “Conhecer a Crise” do PORDATAⁱⁱⁱ, verificamos que, embora a despesa com a alimentação por parte das famílias com crianças tenha aumentado ligeiramente no 1º trimestre de 2012 face ao período homólogo de 2011, o valor gasto em cada acto tem vindo a sofrer um abrandamento desde o 4º trimestre de 2011. Isso pode, de alguma modo, ser expressão de uma maior racionalização da despesa em cada acto, embora o mesmo não seja verdade para o total dos gastos. Em síntese, assiste-se a uma redução do rendimento disponível dos agregados (Comissão Europeia, 2012), ao aumento do peso das despesas com habitação e combustíveis e a uma redução das despesas com alimentação (INE, 2012). Porém, é ainda difícil estabelecer uma relação estatística entre o desenvolvimento da crise, as políticas de austeridade e o seu impacto no consumo alimentar das famílias, uma vez que os dados sugerem cenários contraditórios, nomeadamente: continuação da redução das despesas das famílias com a alimentação após 2006, aumento dos gastos em alimentação das famílias com crianças no 1º trimestre de 2012 face a período homólogo em 2011, aumento do número de actos de compras e redução dos gastos em cada acto.

Até agora procuramos perceber em que medida é que o consumo alimentar das famílias está a ser afectado pela actual conjuntura económica e política. Isto deve-se, em grande parte, à importância que a alimentação assume na condição vital e no bem-estar dos indivíduos. Por outro lado, é sabido que as questões de insegurança e escassez alimentares fazem parte do contexto histórico da sociedade portuguesa, pelo menos até às décadas de 60/70. É nesta altura que se começam a verificar algumas dinâmicas de democratização do acesso à alimentação, nomeadamente ao nível da alimentação escolar, sobretudo a partir da reforma de Veiga Simão (Truninger et al., 2012). Até aos anos 60/70, a inexistência de um sistema de apoio alimentar suficientemente abrangente aliada aos elevadíssimos níveis de pobreza e de falta de trabalho eram marcadores de situações de elevada carência alimentar (Sobral, 2007). A partir dos anos 70, com a criação do Instituto de Acção Social Escolar (IASE) em 1971, a alimentação escolar passou a representar uma ferramenta de controlo e normalização dos corpos das crianças, oferecendo-lhes segurança alimentar através do fornecimento de refeições gratuitas ou a preços comparticipados (Truninger et al, 2012).

Apesar das dinâmicas de modernização ocorridas em Portugal nas últimas décadas, e que conduziram ao surgimento de uma “sociedade de consumo” (Cruz, 2011:11), prevalecem na sociedade portuguesa um conjunto de assimetrias e desigualdades no acesso à alimentação. Este argumento sustenta-se, entre outros, nos elevados níveis de comparticipação da alimentação escolar por parte da Acção Social. Deste modo, tal como nos anos 70, o fornecimento de refeições gratuitas (ou a preços comparticipados) continua a representar um instrumento governamental importante para atenuar os efeitos da pobreza. Além disso, a constituição dessas refeições e os procedimentos envolvidos na produção, confecção e distribuição estão definidos juridicamente por critérios muito marcados pelos discursos da biomedicina e da ciência alimentar com o objectivo de garantir a higiene e segurança alimentares, bem como as boas práticas de nutrição das

crianças. Perante a centralidade deste serviço, urge compreender de que modo a sua abrangência e eficácia está a ser afectada pela actual conjuntura económica e política, a qual se caracteriza por um aumento do IVA das refeições escolares, por dívidas aos fornecedores de serviços, e por cortes que atravessam tanto a despesa pública como a estrutura orgânica do Estado.

Se tivermos em consideração o discurso dos media sobre a crise e, mais concretamente, sobre o seu impacto no sistema de refeições escolares, é possível corroborar o argumento de que este contexto está a ter um efeito disruptor sob o seu normal funcionamento. Mais concretamente, e apenas servindo como ilustração deste contexto, de acordo com duas notícias publicadas em 2011^{iv} e 2012^v, em algumas regiões, o fornecimento de refeições escolares está ameaçado por problemas decorrentes da falta de dinheiro para assumir os compromissos com as empresas fornecedoras de serviços, ou seja, por dívidas das autarquias às empresas fornecedoras dos serviços. Porém, se por um lado este fenómeno está a conduzir a uma suspensão da resposta do Estado aos direitos dos cidadãos, por outro lado, essa situação não é igual em todo o país e, nesse sentido, a retracção do papel do Estado Social expressa profundas assimetrias territoriais. De facto, de acordo com outras notícias trazidas a público pelos media, em alguns casos, a adesão às refeições escolares aumentou significativamente fruto da actual conjuntura, ou seja, em algumas regiões do país existem mais famílias a aderir aos serviços prestados nas cantinas escolares para fazer face à redução do seu poder económico^{vi}. Noutras, as escolas e as autarquias locais têm desenvolvido algumas estratégias criativas como é o caso do alargamento do período de funcionamento das cantinas durante o período não lectivo^{vii}. Isso significa que a resposta que os serviços têm procurado dar não representa uma solução sistemática e centralizada mas antes o resultado da solidariedade e da criatividade dos profissionais envolvidos nos serviços e de acordo com a autonomia que detêm.

No entanto, a autonomia dos agentes do sistema educativo é relativa e circunscreve-se na maioria das vezes à escola, comprometendo uma solução abrangente para um problema que pode afectar uma parte significativa da população portuguesa. Além disso, a autonomia das autarquias nem sempre representa uma vantagem. Embora possam, em alguns casos, usufruir dessa autonomia para flexibilizar os apoios, ao não garantir o normal funcionamento dos refeitórios estão a comprometer a efectividade dos direitos dos cidadãos e isso representa um agravamento do bem-estar da população. Mesmo nos casos onde a autonomia pode representar um ganho, a dependência da capacidade de iniciativa, da criatividade e da sensibilidade dos agentes institucionais pode representar situações de acentuação das desigualdades territoriais e sociais. No entanto, apesar disto, não podemos negar o efeito prático que este tipo de soluções produz na sociedade, colmatando muitas das vezes as necessidades imediatas dos mais necessitados.

Perante esta condição de dependência de uma cidadania ativa e de soluções ad hoc no combate à insegurança alimentar, e que se contrapõe à da existência de mecanismos institucionais adaptados contextualmente, fomos desafiados a analisar que tipo de iniciativas poderiam estar a intervir de acordo com o mesmo âmbito de acção social e por forma a atenuar os efeitos da retracção do papel do Estado Social.

Criatividade, Cidadania e Segurança Alimentar

Ao focarmos a nossa atenção na alimentação escolar estamos a ter em consideração uma rede de provisão de bens e serviços específica. Segundo Harvey et al (2001: 62) depois de Warde (1992), os bens e os serviços são consumidos no âmbito de quatro tipos de redes de provisão que se distinguem pelo modo como estes são obtidos, por quem realiza o trabalho envolvido na troca, por quem paga e pelo princípio sob o qual o bem ou o serviço é adquirido. Na breve análise que desenvolvemos tivemos em consideração duas redes de provisão alimentar em particular: as do Estado e as da comunidade. Nas redes de provisão estatais, os indivíduos têm acesso ao consumo ao reclamarem ou usufruírem de um direito que conquistaram, o trabalho envolvido nesse processo é levado a cabo por trabalhadores remunerados, os custos são suportados pelo Estado e o princípio sob o qual os bens e os serviços são obtidos é o dos direitos dos cidadãos (Harvey et al, 2001: 62).

Numa análise realizada no âmbito de um projecto mais amplo sobre o funcionamento do sistema de refeições escolares^{viii}, verificamos que estavam a ser levadas a cabo um conjunto de estratégias criativas a vários níveis

do funcionamento do ensino. Ao nível dos municípios, que são a entidade responsável pela alimentação no 1º ciclo do ensino básico, quando são referenciadas situações de carência alimentar e/ou de novas dificuldades económicas, a gestão do apoio municipal e da acção social escolar na alimentação tende a ser flexibilizada com o propósito de resolver uma situação pontual ou imprevista. Não obstante, esse apoio é feito com os meios que já existiam anteriormente. Ao nível das escolas, verificamos que este processo se complementa com uma maior ou menor coordenação com as direcções, com a sua sensibilidade para este tipo de problemas, e com a vigilância que alguns professores adoptam num contexto de proximidade através do diálogo com os alunos com vista à sinalização dos casos relevantes. Por último, ao nível das cantinas e, mais especificamente, das cozinhas, fomos confrontados com uma situação singular, e que se prende com a proibição do uso das sobras das refeições. Actualmente, as empresas fornecedoras de serviços não permitem que as sobras sejam aproveitadas devido aos critérios apertados de higiene e segurança alimentares que devem ser cumpridos no fornecimento de refeições. Ainda assim, muito embora duvidemos que o uso das sobras entre os funcionários das cantinas seja sistemática, descrevemos no nosso diário de campo que coligias as observações que fizemos nas escolas, algumas práticas de apropriação das refeições confeccionadas para uso pessoal ou para distribuir por outros. Isto apesar da elevada racionalização do número de refeições confeccionadas ou distribuídas e do controlo apertado das empresas e das direcções das escolas^{ix}. Esta situação alertou-nos para o facto de também aqui existirem um conjunto de estratégias criativas que se traduzem na apropriação do espaço escolar para fazer emergir a rede de provisão solidária e comunitária, acima de tudo num contexto onde o quadro regulamentar pode ser interpretado juridicamente como um obstáculo ao aproveitamento das sobras das cantinas escolares. Tal como explica Harvey et al (2001: 62), as redes de provisão comunitárias organizam-se a partir das redes sociais dos indivíduos; assentando no princípio da reciprocidade, não envolvem dinheiro, sendo o trabalho realizado proveniente da comunidade, dos vizinhos, amigos, conhecidos, entre outros.

Nesse sentido procuramos saber que outras iniciativas externas ao espaço escolar estariam a ser desenvolvidas no sentido de colmatar a retracção do Estado e ao mesmo tempo intervir no problema da proibição do uso das sobras das refeições. Foi assim que nos deparamos com o “Movimento Zero Desperdício”, um movimento que deu os seus primeiros passos com uma petição on-line contra o desperdício alimentar. Mais tarde, numa fase mais amadurecida do seu desenvolvimento e incorporado na “Dar e Receber” – uma associação constituída por um grupo de nove pessoas de áreas profissionais muito diversificadas (aviação, direito, bioquímica, etc.) – esta iniciativa desenvolveu uma intervenção que se segmenta em três vectores de actuação: o da contestação da actual proibição de utilização dos desperdícios alimentares; o da criação de um modelo de aproveitamento desses desperdícios; e o da concretização desse modelo através da aplicação do mesmo a nível local.

Relativamente ao primeiro, o “Movimento Zero Desperdício” desenvolveu um debate próximo da Autoridade de Segurança Alimentar e Económica (ASAE) com o propósito de compreender os limites e as liberdades do actual regulamento do Hazards Analysis and Critical Control Points (HACCP)^x, vindo depois a aperceber-se que o actual entendimento da lei não é o mais correcto para favorecer o aproveitamento das sobras alimentares. Nesse sentido, desenvolveram depois, e em conjunto com a ASAE, um manual de boas práticas que possibilita a recolha, o transporte e a distribuição de refeições aproveitadas a partir das sobras alimentares de restaurantes, grandes superfícies e outros fornecedores. O cumprimento destas orientações possibilita que as sobras, que até então incorporavam uma dimensão de risco, possam ser legalmente distribuídas. Este output permitiu depois a elaboração de um modelo autárquico (o segundo vector) que acciona uma rede social (fornecedores, IPSS’s, voluntários) e aloca um conjunto de meios existentes (e.g. transporte, embalagens). O último vector consiste precisamente na aplicação deste modelo, ou seja, a partir do momento em que detêm a rede social e os meios necessários, a iniciativa pode ser colocada em prática. O que está em causa é actuar de forma solidária e de acordo com a flexibilidade jurídica com o objectivo de providenciar os bens e os serviços a que os cidadãos têm direito sem que isso represente um custo para as partes envolvidas.

Além das redes de provisão do Estado e comunitárias, Harvey et al (2001) fazem ainda referência às do mercado e às domésticas. Ainda que não tenhamos analisado nenhum caso concreto no âmbito destes

circuitos, o primeiro refere-se à aquisição comercial de bens e serviços através do contacto com empregados remunerados, onde quem paga é o consumidor, estando assim organizada sob o princípio da troca mercantil; o segundo, por sua vez remete para um espaço onde os consumidores, membros do agregado familiar, preparam e recebem os alimentos gratuitamente de acordo com a organização das relações familiares e de solidariedade (Harvey et al, 2001: 62).

Tabela 1. Redes de provisão de bens e serviços (Harvey et al, 2001:62)

Modo de Provisão	Maneira através da qual o serviço é obtido	Quem faz o trabalho	Quem paga	Princípio sob o qual a troca é organizada
Mercado	Compra comercial	Trabalhadores remunerados	Consumidor	Troca de mercado
Estado	Reivindicar um direito	Trabalhadores remunerados	Estado	Direitos de cidadania
Comunitária	Relações pessoais	Vizinhos e conhecidos	Não há dinheiro envolvido	Obrigação recíproca
Doméstica	Faça você mesmo (espaço doméstico)	Membros da família	Não há dinheiro envolvido	Obrigações familiares

Questões Finais

O que verificamos através desta análise foi, por um lado, que a actual conjuntura económica e política está a produzir transformações na organização do consumo das famílias e, em particular, no seu consumo alimentar e, por outro lado, que uma parte desse consumo é feita num contexto onde o Estado Social está mais ausente e onde a eficácia da provisão alimentar depende, em grande parte, do exercício de uma cidadania ativa. Mais concretamente, o agravamento da situação económica das famílias está a fazer com que o seu consumo alimentar esteja cada vez mais dependente tanto das sobreviventes redes de provisão do Estado (acesso a refeições gratuitas na escola) como também das novas redes comunitárias que se formam como alternativa de acesso ao consumo alimentar (ajuda através de associações contra o desperdício alimentar, ou até mesmo, as acções do banco alimentar).

Porém, as redes de provisão do Estado nem sempre são eficazes e isso pode representar uma retracção do seu papel social. A eficácia destas redes depende da sua capacidade de dar resposta às necessidades de consumo de uma população que se encontra mais fragilizada. Porém, como pudemos verificar na nossa análise, a eficácia dessas redes está comprometida em algumas localidades, chegando inclusive a estar inacessível ao consumidor – foi o caso que aqui já referimos de algumas crianças que estiveram privadas da alimentação escolar devido às dívidas das autarquias aos fornecedores. Paradoxalmente, noutras localidades verificaram-se situação totalmente opostas, ou seja, situações em que a alimentação escolar representa efectivamente uma solução para fazer frente aos novos desafios decorrentes da actual crise. Nesses casos, emergem soluções criativas e solidárias dentro das instituições, e que passam por uma flexibilização das normas institucionais que regulam a concessão de apoios sociais, por uma coordenação entre os vários agentes envolvidos no ensino e na alimentação escolar e, por uma maior vigilância em relação aos hábitos alimentares das crianças. A inconsistência da eficácia das redes de provisão estatais sugere uma desarticulação entre o poder local e a administração central na construção de uma solução sistemática, generalizada e adaptada à actual conjuntura. Deste modo, a sustentabilidade destas redes está dependente de uma cidadania ativa capaz de desenvolver soluções práticas. Esta cidadania ativa está muitas vezes associada a pessoas pertencentes a grupos sociais com capitais económicos, sociais e culturais mais elevados. Isto pode, por ventura contribuir para a acentuação das desigualdades sociais e territoriais, e até ajudar de forma indireta a um acentuar da

desadequação da oferta alimentar às populações mais vulneráveis, reduzindo a sua segurança alimentar e bem-estar^{xi}.

Além disso, verificamos que quando a provisão estatal é posta em causa, a sociedade civil e as redes comunitárias emergem com o objectivo de oferecer segurança alimentar aos mais carenciados. Enquanto no caso das redes estatais tivemos em consideração a alimentação escolar para ilustrar os impactos do actual contexto económico e político, no caso das redes comunitárias tivemos por referência o “Movimento Zero Desperdício”, um movimento criado com o objectivo de evitar o desperdício alimentar e de reduzir a insegurança alimentar através da distribuição de refeições aproveitadas a partir das sobras alimentares de vários fornecedores. Este tipo de programas de assistência alimentar, organizados a partir da caridade e de doações, têm sido desenvolvidos no âmbito de outras iniciativas, como é o caso do Banco Alimentar (Lambie, 2011). Porém, esta iniciativa distingue-se do Banco Alimentar por distribuir refeições já confeccionadas e por procurar reduzir o desperdício alimentar. As iniciativas como a do “Movimento Zero Desperdício” enfrentam muitas vezes dificuldades de actuação quando as instituições fazem uma interpretação jurídica que torna demasiado rígida os critérios que regulamentam o fornecimento alimentar. Porém, são precisamente estes obstáculos que sustentam a “agencia” deste tipo de iniciativas, já que fazem activar o arranjo criativo de soluções para contornar processos burocratizados e (aparentemente) inflexíveis. Como vimos, a acção deste movimento culminou na alteração do entendimento que havia anteriormente em relação ao aproveitamento das sobras alimentares, revelando que tal é possível desde que se cumpram alguns procedimentos. Além disso, desenvolveram um modelo autárquico que combina uma rede de fornecedores, distribuidores, IPSS’s, e os meios necessários que, defendem, quando é posto em prática de acordo com as boas práticas de higiene e segurança alimentar, contribui para a redução do desperdício e atenua a insegurança.

Em última análise, assiste-se a uma distribuição das responsabilidades do Estado com a sociedade civil, isto é, a cidadania activa passou a ser um elemento central do suprimento das necessidades e dos direitos dos cidadãos, seja através da flexibilização e da optimização dos meios institucionais disponíveis para garantir a eficácia dos circuitos de provisão do Estado ou através da caridade, das doações e do voluntariado que sustentam a provisão comunitária. Perante esta situação, há um conjunto de questões que achamos pertinentes colocar e explorar em futuras investigações. Em primeiro lugar, até que ponto é que as dinâmicas que observamos corroboram o argumento em torno do desmantelamento do Estado Social, e que se fundamenta sobretudo na privatização e na mercantilização dos seus serviços? Até que ponto é que a confiança depositada nos programas de assistência alimentar legitima a retracção do papel social do Estado? Quais são as consequências da confiança atribuída a esses programas na resolução do problema da insegurança alimentar a longo prazo dadas as limitações de abrangência, de autonomia e de poder deste tipo de iniciativas? Quem são as pessoas envolvidas na organização destas iniciativas? Em que medida é que esse tipo de organização compromete a participação dos grupos afectados e a afirmação e expressão das suas exigências, gostos e preferências alimentares? Numa sociedade que promove o livre consumo, que efeito é que o recurso sistemático às redes de provisão estatais e comunitárias produz ao nível da estigmatização e da marginalização social? Estas são algumas questões que achamos pertinentes ter em consideração na actual conjuntura em que este tipo de iniciativas da sociedade civil prolifera a par da fragilização do papel do Estado.

Bibliografia

Bourdieu, Pierre (1984), *Distinction: A Social Critique of the Judgement of Taste*, London, Routledge.

Comissão Europeia (2010) *Monitoring the social impact of the crisis: public perceptions in the European Union: Wave 4, Analytical Report*, Eurobarometer.

Comissão Europeia (2012) *The distributional effects of austerity measures: A comparison of six EU countries*, Report, Social Situation Observatory.

Cruz, Isabel (2011) *Práticas de consumo: o que faz a diferença?* Sociologia Online, 4, pp. 7-25.

- Evans, Bethan (2010) Anticipating fatness: childhood, affect and the pre-emptive ‘war on obesity’, *Transactions of the Institute of British Geographers*, 35, 21-38.
- Harvey, Mark; McMeekin, Andrew; Randles, Sally; Southerton, Dale; Tether, Bruce; Warde, Alan (2001) *Between Demand and Consumption: a framework for research*, CRIC Discussion Paper n.º 40, University of Manchester.
- INE (2012), *Inquérito às despesas das famílias 2010-2011*, Lisboa, Instituto Nacional de Estatística.
- Lambie, Hanna (2011) *The Trussell Trust Foodbank Network: Exploring the Growth of Foodbanks Across the UK*, Final Report, Coventry, Coventry University.
- Sobral, José (2007) Nacionalismo, Culinária e Classe: a cozinha portuguesa da obscuridade à consagração (séculos XIX-XX), *Ruris*, 1(2), 13-52.
- Truninger, Monica; Teixeira, José; Horta, Ana; Alexandre, Sílvia; Silva, Vanda A. (2012) *A evolução do sistema de refeições escolares em Portugal (1933-2012): 1º relatório de pesquisa*, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.
- UNICEF (2012) *Measuring childpoverty: New league tables of child poverty in the world’s rich countries*, Report, Innocenti Research Center, Florença.
- Warde, Alan (1992) Notes on the relationship between production and consumption. In R Burrows & C Marsh (eds), *Consumption and Class: divisions and change*, London: Macmillan, pp 15-31.

ⁱ Estes dados constam do relatório “The distributional effects of austerity measures: A comparison of six EU countries” publicado pela Comissão Europeia em Novembro de 2012.

ⁱⁱ Entre os quais os seguintes itens: “três refeições por dia; pelo menos uma refeição diária de carne, galinha ou peixe (ou o equivalente vegetariano); fruta fresca e vegetais todos os dias; livros adequados à idade e ao nível de conhecimentos; equipamentos de lazer outdoor (skate, patins, bicicleta, etc.); actividades de lazer regulares (natação, tocar um instrumento, participar em organizações juvenis, etc.); Jogos indoor (pelo menos um por criança, incluindo jogos para crianças, etc.); dinheiro para participar em viagens e eventos escolares; um espaço calmo e com iluminação para os trabalhos de casa; ligação à internet; algumas roupas adquiridas em primeira mão; dois pares de sapatos; a oportunidade de convidar os amigos; a oportunidade de celebrar ocasiões especiais”. (Measuring Child Poverty, UNICEF, 2012, p.17).

ⁱⁱⁱ O portal “Conhecer a Crise” do PORDATA, pode ser acedido através do endereço <http://www.conheceracrise.com/> (acedido pela última vez no dia 7 de Julho de 2012).

^{iv} No dia 28 de Fevereiro de 2011 o semanário SOL publicou uma notícia com o título “Alunos do pré-escolar e primeiro ciclo sem refeições nas escolas do concelho”. Esta notícia está disponível através do endereço http://sol.sapo.pt/inicio/Sociedade/Interior.aspx?content_id=1294 (acedido no dia 8 de Agosto de 2012).

^v No dia 25 de Maio de 2012 foi publicado no Diário de Notícias da Madeira a notícia com o título “Empresas suspendem fornecimento às escolas a 1 de Junho”. Esta notícia está disponível através do endereço <http://www.dnoticias.pt/actualidade/madeira/326382-empresas-suspendem-fornecimento-de-refeicoes-as-escolas-a-1-de-junho> (acedido no dia 8 de Agosto de 2012).

^{vi} De acordo com uma notícia publicada no dia 7 de Novembro de 2010 pelo Diário de Notícias, o “número de alunos que almoçam na escola cresceu 30%”. Esta notícia está disponível através do endereço http://www.dn.pt/inicio/portugal/interior.aspx?content_id=1704859 (acedido no dia 8 de Agosto de 2012).

^{vii} No dia 26 de Agosto de 2011 o Público publicou uma notícia cujo título diz: “Cantinas reforçam apoio durante o Verão devido à crise” (esta notícia pode ser acedida através do endereço <http://www.publico.pt/Sociedade/cantinas-reforcaram-apoio-durante-o-verao-devido-a-crise-1509338>, acedido pela última vez no dia 8 de Agosto de 2012) e no dia 24 de Março de 2012 o Jornal de Notícias dava destaque ao facto de que “Milhares de meninos passam férias da Páscoa na Escola” (notícia disponível através do endereço http://www.dn.pt/inicio/portugal/interior.aspx?content_id=1632051, acedido no dia 8 de Agosto de 2012).

^{viii} Mais concretamente, referimo-nos ao projecto “Entre a Escola e a Família: conhecimentos e práticas alimentares das crianças em idade escolar” (PTDC/CS-SOC/111214/2009), financiado pela FCT (Fundação para a Ciência e para Tecnologias) que tem por objectivo analisar as várias formas de organização da alimentação escolar em Portugal, identificar diversas iniciativas e as principais prioridades das políticas públicas para alimentação saudável nas escolas. Além disso, esta investigação procura analisar os hábitos alimentares das crianças e o modo como se relacionam com os animais, plantas e restante natureza. Por último, tem também como objectivo analisar os hábitos alimentares das famílias e as opiniões e perspectivas relativamente à educação alimentar, as várias negociações e preocupações na educação alimentar das crianças. A concretização deste projecto assenta na condução de um conjunto de entrevistas semi-estruturadas com os actores-chave do

sistema de refeições escolares (representantes das câmaras municipais, dos serviços do Ministério da Educação, das direcções regionais da educação, das empresas fornecedoras de refeições, dos membros da direcção das escolas, de professores e funcionários das cantinas escolares) e através de grupos focais com as crianças (entre os 7 e os 12 anos de idade) e com os pais.

^{ix} Houve um episódio relatado por uma professora de uma escola em que os funcionários estavam a apropriar-se das refeições, chegando mesmo a por em causa o número de refeições disponíveis para as crianças. Esta situação conduziu a um maior controlo e vigilância da cozinha por parte da direcção (entrevista realizada em Junho de 2012 com a direcção de uma escola que colaborou no projecto).

^x No dia 30 de Abril de 2004 foi publicado o Regulamento (CE) n.º 852/2004, *Jornal das Comunidades*, p. 139, do Parlamento e do Conselho Europeu (Bruxelas), relativo à higiene dos alimentos e que torna obrigatório a aplicação de sistemas de controlo sanitária e de segurança alimentar, tais como estão descritos no HACCP.

^{xi} Numa das entrevistas realizadas foi-nos dito que numa campanha de distribuição alimentar de produtos provenientes de sobras de restaurantes, foram fornecidas refeições compostas por Sushi (com peixe cru). Estas refeições foram rejeitadas por algumas pessoas que usufruíam da ajuda já que comer peixe cru era algo que não fazia parte dos seus hábitos alimentares, para além de provocar repulsa. Por isso, estas refeições rejeitadas não foram consumidas, gorando os esforços de reaproveitamento das sobras neste episódio particular. O princípio do 'cuidado' e da 'solidariedade social' foi aqui colocado em causa pelas normas culturais do que determinados grupos sociais entendem ser apropriado comer. Ora, esta desadequação do gosto é também estruturada pela diferenciação social (Bourdieu, 1984), havendo aqui um efeito de classe que não pode ser ignorado.